

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

4ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA CBH-AT

Data: 28 de outubro de 2021

Horário: 9h00min

Local: Plataforma Teams vídeo conferência

Membros do CBH-AT presentes

SEGMENTO ESTADO

Seica Ono	DAEE
Laura Stela N. Perez	Secr. Infr. e Meio Amb.-SIMA
Márcia Maria Nascimento	SIMA-CPLA
Helio R. Figueiredo	SABESP
Rubens José Junior	Secretaria da Saúde
Lilian Barrella Peres	CETESB
Sérgio L. Damiani	Secretaria da Educação
Augusto Olavo Leite	Secretaria Logística e Transportes
Monica Therezinha B. Rossi	Secretaria da Habitação

SEGMENTO MUNICÍPIOS

Andreza A. Batista	Ribeirão Pires
Solange Wuo Franco	Suzano
José Eduardo Victorino	Mairiporã
Moacyr Alves de Souza	Ferraz de Vasconcelos
Mauro Valeri	São Bernardo do Campo
Deyse B.	Taboão da Serra

24 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

25	Amauri Pollachi	APU- Vice-Presidente CBH-AT
26	José Avanito Arraes	Instituto Cultural Ambiental Alto Tietê
27	Melissa Cristina P. Graciosa	UFABC
28	Silene Bueno Purificação	Centro UNiv. SENAC
29	Jaqueline Ap. Bória Fernandez	UNIFESP
30	Ricardo de Aguiar Quadros	CIESP Alto Tietê
31	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP
32	Gustavo Arthur Prado	ASSEMAE
33	Luiz Souza Lima	SINDIPEDRAS
34	Miriam Duailibi	Instituto ECOAR para Cidadania
35	Virgílio A. Faria	MDV
36	Vanessa Dias	SINDUSCON-SP

37 **INTEGRANTES CONVIDADOS**

38	Dra. Joana Franklin de Araújo	Ministério Público - GAEMA
----	-------------------------------	----------------------------

39 **1. Abertura.** Amauri Pollachi Vice-Presidente do CBH-AT abriu a
40 reunião dando as boas vindas e agradecendo todas as presenças. **2.**
41 **Expediente, Comunicações e Ordem do Dia.** O Vice-presidente
42 destacou notícia temerosa divulgada na mídia, porém não havia
43 informações mais detalhadas naquele momento. Um Projeto de Lei de
44 autoria do Governo Federal pela gestão do Presidente da República
45 Jair Messias Bolsonaro pretende criar o novo "marco legal para a água"
46 no Brasil, alterando a Lei 9433/97 da Política Nacional de Recursos
47 Hídricos afetando diretamente o Sistema Nacional de Recursos
48 Hídricos retirando atribuições dos Comitês de bacia na esfera Federal,
49 mas que repercute nos Comitês estaduais. Entre as mudanças está a
50 reformulação da composição reduzindo o espaço do setor usuários, e
51 com a instituição do chamado "mercado da água" transformando a água
52 em commodities. José Avanito Arraes (Instituto Cultural e Ambiental do
53 Alto Tietê e membro do Subcomitê ATCabeceiras) solicitou que o
54 Comitê convide o presidente da Agência Nacional de Águas e
55 Saneamento Básico-ANA para maiores explicações sobre o projeto do
56 Governo Federal. O Vice-presidente tranquilizou todos afirmando que
57 certamente o Comitê acompanhará muito de perto, e sempre em defesa
58 incontestemente pela participação e controle social, apesar de que
59 lamentavelmente estão assistindo a um desmonte, autoritário, dos
60 mecanismos que garantem a participação social e das políticas públicas
61 da governança das águas. Também reiterou o pleito, atendendo
62 manifestações de Virgílio Faria (MDV) e Adriana Abelhão (SAEAE)

63 visando o fortalecimento do Comitê e dos Subcomitês, referente às
64 propostas da Sociedade Civil para a gestão 2021-2023, lembrando que
65 realizou a leitura integral do documento na última reunião do Comitê, e
66 solicitou ainda, que a Secretária Executiva providencie relato sobre o
67 status das demandas. Hélio César Suleiman, Diretor-Presidente da
68 FABHAT relatou sobre os Expediente e Comunicações, considerando
69 também os eventos em datas próximas. Como de praxe os expedientes
70 do Comitê podem ser acessados na web página do Comitê
71 <https://comiteat.sp.gov.br>. O plenário assistiu também a apresentação
72 de um vídeo institucional do Comitê.

73 **3. Apresentação da CETESB sobre o empreendimento concluído**
74 **“Avaliação da contaminação ambiental por metais pesados nos**
75 **compartimentos água, sedimento e peixes dos reservatórios da**
76 **UGRHI-6.** Gilson Alves e Simone Takeda (CETESB) apresentaram. Em
77 síntese, a avaliação dos reservatórios da UGRHI-6 ocorreu
78 especificamente nos reservatórios Billings e Guarapiranga e tiveram a
79 parcerias relevantes de diversas Universidades e Institutos de
80 Pesquisa, resultando em diversos estudos complementares. Os
81 relatórios das conclusões estão apresentados em formato de relatório
82 técnico, inclusive com anexos. A presença de metais nos reservatórios
83 tem sido monitorada sistematicamente pela CETESB. Os sedimentos
84 têm apresentado concentrações de metais como alumínio, arsênio,
85 cádmio, cobre, entre outros. O projeto realizou uma investigação mais

86 completa integrada com matrizes ambientais abióticas e bióticas. Os
87 beneficiados pelo empreendimento foram os municípios da bacia. As
88 matrizes ambientais selecionadas foram peixes, sedimento água e
89 macrófitas aquáticas. Para avaliar as eventuais alterações nos peixes,
90 foi utilizado métodos de classificação, baseado na relevância,
91 reversibilidade, grau e extensão das lesões nos tecidos. Foram
92 coletadas 439 amostras de peixes distribuídas principalmente entre
93 tilápias, acaras e traíras, além de amostras de macrófitas aquáticas
94 flutuantes. De modo geral, analisando todos os resultados de águas
95 sedimento, fica evidenciado que a qualidade dos sedimentos teve
96 pouca influência na qualidade da água de superfície quanto à presença
97 dos metais estudados, em um único ponto dos dois reservatórios
98 apresentou presença de cobre na água em concentrações elevadas e
99 nas amostras de sedimentos os metais estudados ultrapassaram o
100 valor para a maioria dos pontos de coleta dos dois reservatórios assim
101 como foram ultrapassados, em alguns valores PEL para todos os
102 elementos, exceto o cádmio. Sobre a investigação na musculatura de
103 peixes, a proposta era investigar de 8 metais, entretanto pela
104 possibilidade de adquirir equipamentos foram escolhidos outros 22
105 elementos metálicos. Sobre a avaliação de riscos à saúde humana
106 para o consumo de peixes, foi realizada avaliação de risco em relação a
107 metilmercúrio e outros metais potencialmente tóxicos apresentando
108 concentrações acima do limite de quantificação e pelo menos 70% das
109 amostras de peixes analisadas. Na sequência da apresentação, os

110 resultados obtidos apareceram em diversos quadros com a conversão e
111 número mensal de refeições de peixes, por exemplo, para crianças em
112 duas faixas etárias e adultos considerando que uma refeição do
113 pescado equivalente a 124 g. as concentrações de mercúrio, chumbo,
114 arsênio estão abaixo dos limites da regulamentação nacional para o
115 consumo humano. Para os grupos mais vulneráveis, de maneira geral é
116 o que apresenta maior risco a saúde devido ao alto consumo de
117 pescado. Com relação ao chumbo, no cenário adotado, não há risco
118 apreciável para a saúde da população, exceto por um risco muito baixo
119 á saúde de pescadores para o consumo de tilápia. Em relação ao
120 arsênio, não há risco de efeitos adversos não carcinogênico devido ao
121 consumo irrestrito das espécies de peixe analisados por todos os
122 grupos da população considerados. A traíra, acara e a tilápia não
123 devem ser consumidos de forma irrestrita por crianças, para prevenir a
124 exposição ao arsênio. Finalizando, Gilson disse que estão abertos
125 como parceiros para outros debates e apresentações com mais
126 tranquilidade, e que o Comitê proporcionou um trabalho pioneiro para o
127 futuro e um banco de dados mais robustos que auxilia nas condições
128 de tomada de decisões. O Vice-Presidente parabenizou todos
129 envolvidos, considerou que o projeto financiado revela resultados de
130 caráter permanente, como o laboratório para análises tóxicas de metais
131 pesados. Foi aberta a palavra para a participação do plenário, no geral
132 parabenizaram e, apontaram a necessidade de aprofundamento de
133 apresentação técnicas. Virgílio parabenizo o trabalho e disse que não

134 basta estudar e relatar a qualidade das águas, também deve saber o
135 que fazer para as águas não continuarem contaminadas. Adriana
136 questionou como as informações deveriam ser interpretadas e,
137 sobretudo, comunicadas para população. Francisca Adalgisa da Silva
138 (APU) demonstrou a mesma preocupação e sobre qual seria a melhor
139 maneira de informar a sociedade. Solicitou ampliação do debate. Para
140 as apresentações de materiais técnicos semelhantes, Melissa Graciosa
141 (UFABC) sugeriu integrar uma apresentação no formato de vídeo
142 favorecendo o entendimento técnico, a análise e as discussões nas
143 instâncias do Comitê.

144 **4. Aprovação da ata resumida da 3ª Reunião Plenária de 2021,**
145 **realizada em 13/08/2021.** O Vice-Presidente, constatando quórum
146 colocou a Ata em votação. Após a dispensa de leitura a Ata foi
147 aprovada. Com abstenção de Jaqueline Bória (UNIFESP).

148 **5. DELIBERAÇÕES** (A redação final das Deliberações aprovadas são
149 publicadas na webpágina [https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/deliberacoes-e-](https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/deliberacoes-e-mocoes/)
150 [mocoes/](https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/deliberacoes-e-mocoes/) e todas as manifestações do plenário na íntegra são registradas na Ata
151 taquigrafada.) **5.1. Deliberação CBH-AT nº 131, de 28 de outubro de**
152 **2021 - Aprova a compatibilidade do Plano Diretor de Rio Grande da**
153 **Serra com a Lei Específica da APRM Billings.**

154 Deliberação aprovada, 4 votos contrários pelas entidades MDV,
155 Universidade Federal do ABC-UFABC, UNIFESP e SEAE. Deverão ser
156 incluídas nos quadros 1 e 2 legendas explicativas dos indicadores.
157 Solange Wuo Franco (PM de Suzano) apresentou. Em síntese, toda e
158 qualquer alteração nos instrumentos e parâmetros de planejamento de
159 parcelamento, uso e ocupação do solo, analisados pela Informação
160 Técnica, Anexo I da Deliberação, e pela Nota Técnica FABHAT n°
161 13/2021, Anexo II, deverão ser objeto de nova solicitação do município
162 de Rio Grande da Serra para análise de compatibilidade do Comitê e a
163 Secretaria Executiva encaminhará a para a Prefeitura de Rio Grande da
164 Serra. A nota técnica, fundamental para avaliação conclui, com base
165 nas informações fornecidas pelo órgão municipal, verificando que
166 apresentam compatibilidade. Virgílio perguntou se foi considerada a
167 divisa com o Parque Estadual da Serra do Mar, pelo SNUC, onde há
168 Unidade de Conservação-UC de proteção integral a zona de
169 amortecimento não pode ser urbana, e se não foi considerado não
170 estava compatível, portanto o Comitê não poderia aprovar. Luciana
171 Travassos (UFABC) considerou que a territorialidade é tão importante
172 como a zona de amortecimento em uma área como um Parque e o
173 processo de compatibilização não consegue assegurar isso, portanto se
174 trata de um problema maior ainda do que simplesmente a ausência de
175 territorialidade, de forma geral. Não se pode compatibilizar sem olhar
176 para o território, considerando que, infelizmente, não estavam seguros
177 para votar de forma positiva. José Eduardo Victorino (PM/Secretaria

178 Meio Ambiente-Mairiporã) disse que então precisavam ter
179 conhecimento do Plano e sugeriu que os municípios mantenham aberto
180 o canal com todos os membros do GT e da CT para que saibam
181 exatamente o que estão votando dirimindo todas as dúvidas. Melissa
182 Graciosa (UFABC) disse que entendiam que o processo de
183 compatibilização ainda não estava totalmente interessante para a
184 proteção dos mananciais. Márcia Maria Nascimento (CPLA/SIMA)
185 explicou: “elaboramos enquanto órgão técnico a compatibilização entre
186 os Planos Diretores municipais e as Leis Específicas vigentes, com
187 base na resolução que criou a metodologia tanto em respeito à
188 autonomia do município no uso e ocupação do solo, quanto ao objetivo
189 de proteção e recuperação dos mananciais com a parceria da aplicação
190 da lei conjunta com os municípios envolvidos. A resolução trata do
191 território e tanto o município, no seu planejamento, como o Plano
192 Diretor vai aplicar o seu planejamento, quanto a Lei específica, só que
193 ela amplia não se restringindo ao território, mas também para a
194 qualidade da água e, por isso existe essa relação entre o uso e a
195 ocupação do solo e a qualidade da água nas áreas de recuperação.”
196 Disse que Virgílio colocou uma questão importante. De acordo com a
197 simulação, conforme a tabela da Deliberação existem áreas em que
198 são permitidos usos e atividades, conforme definido para o território,
199 baseado na gestão dos parâmetros urbanístico comuns nas legislações
200 do município e a do estado, disse: “a Lei Específica define parâmetros
201 urbanísticos para o objetivo específico, por isso a simulação é feita com

202 aqueles parâmetros comuns e o que é o território do município, naquilo
203 que definiu como Parque, continua sendo Parque. As áreas de restrição
204 de ocupação não são avaliadas porque não permitem nenhum uso de
205 ocupação do solo, sendo subtraído justamente para verificar a
206 aderência entre o Plano Diretor municipal e o zoneamento ambiental da
207 Lei Específica, no que é possível usar para as atividades. Tratando de
208 situações que, tanto na escala regional quanto na local, são para o
209 mesmo objetivo, a proteção e recuperação dos mananciais
210 incorporando ferramentas que possibilitem a autonomia municipal e a
211 estadual.” Gilson Guimarães (CETESB) complementou que a Fundação
212 Agência-FABHAT informe a prefeitura de Rio Grande da Serra sobre a
213 aprovação os avisando também que precisam se habilitar como órgão
214 licenciador no cadastrado do CONSEMA.

215 **5.2. Deliberação CBH-AT nº 132, de 28 de outubro de 2021 - Ratifica**
216 **a Deliberação CBH-AT nº 03/2015, que aprova a compatibilidade do**
217 **Plano Diretor de São Bernardo do Campo com a Lei Específica da**
218 **APRM Billings.**

219 Deliberação aprovada, 4 votos foram contrários, pelas entidades MDV,
220 Universidade Federal do ABC-UFABC, UNIFESP e SEAE e uma
221 abstenção de SINDUSCON. Solange Wuo Franco (PM de Suzano)
222 apresentou, acrescentando que o município teve atitude proativa, pois
223 antes da revisão do Plano realizaram consultas sobre a
224 compatibilização. Os Anexos da Deliberação, quadro comparativo, por

225 subáreas e as informações técnicas, demonstraram que as
226 porcentagens não tiveram desvio maior do que o permitido pelas
227 legislações. Virgílio disse que, também como no caso anterior, não viu
228 nenhuma comprovação da delimitação no Plano Diretor, provando que
229 não havia nenhum empreendimento incompatível, e em São Bernardo
230 do Campo além do Parque e da zona de amortecimento, há mais duas
231 UC, conservação integral e, como não tinha certeza votaria contra.
232 Marcia Nascimento registrou que o município se preocupou antevendo
233 os parâmetros que precisariam atender na revisão do Plano Diretor
234 possibilitando assim a simulação e adequação do Plano Diretor com a
235 Lei Específica.

236 **5.3. Deliberação CBH-AT nº 133, de 28 de outubro de 2021 - Aprova**
237 **o Plano de Capacitação do CBH-AT, período 2022-2025.**

238 Deliberação aprovada por unanimidade. Francisca Adalgisa (APU)
239 apresentou, em síntese, entre os objetivos do Plano foi previsto
240 estruturar as ações necessárias para capacitar os membros do Comitê,
241 especialmente os novos membros, sobre os trabalhos realizados nas
242 instâncias do Comitê e assuntos pertinentes à gestão; atender à
243 exigência e o cumprimento das metas referentes ao Componente II do
244 Programa PROCOMITÊS e a Deliberação CRH nº 248/2021, para
245 cumprir o Indicador 2 de Capacitação. Atualmente, a Secretaria
246 Executiva realiza a divulgação de cursos gratuitos, ou pagos, com
247 temas de interesse para os representantes do Comitê, com o apoio da

248 FABHAT, até mesmo financiando alguns cursos. Acerca da
249 metodologia, elaboraram levantamento dos temas discutidos e suas
250 principais linhas levando em consideração a competência de cada
251 instância. Também aplicaram uma pesquisa de percepção com os
252 membros dos três segmentos para levantamento de linhas temáticas de
253 maior interesse, os melhores formatos, dias e horários para as
254 capacitações. Os resultados e a análise estão no Plano, no endereço
255 [https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Deliberac%CC%A7a%CC%83o-CBH-AT-](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Deliberac%CC%A7a%CC%83o-CBH-AT-n%C2%BA-133-de-28.10.2021-Anexo-I-Plano-de-Capacitac%CC%A7a%CC%83o.pdf)
256 [n%C2%BA-133-de-28.10.2021-Anexo-I-Plano-de-Capacitac%CC%A7a%CC%83o.pdf](https://comiteat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Deliberac%CC%A7a%CC%83o-CBH-AT-n%C2%BA-133-de-28.10.2021-Anexo-I-Plano-de-Capacitac%CC%A7a%CC%83o.pdf). Um
257 Plano de ação foi elaborado com 13 ações definidas a partir das linhas
258 temáticas levantadas pela pesquisa. Os recursos financeiros são os da
259 FABHAT, conforme suas previsões orçamentárias anuais e em seus
260 Planos de Trabalhos. A viabilização dos cursos se dará pela divulgação
261 da Secretaria Executiva ao público-alvo específico de cada tema. A
262 FABHAT poderá solicitar aos participantes uma apresentação sobre o
263 curso realizado, aos demais membros do Comitê. Hélio Suleiman
264 solicitou que todos os que se inscreverem nos cursos realmente
265 participem e em caso de força maior comuniquem se não puderem
266 comparecer, abrindo vaga aos demais interessados e garantindo a
267 utilização dos recursos do Comitê com bom senso prestando contas à
268 sociedade.

269 **5.4. Deliberação CBH-AT nº 134, de 28 de outubro de 2021 - Aprova**
270 **a indicação do empreendimento de Infraestrutura da FABHAT para**
271 **financiamento com recursos do FEHIDRO.**

272 Deliberação aprovada por unanimidade. Beatriz Gonçalves Vilera
273 (Gerente Técnica de Projetos-FABHAT) apresentou. Pela necessidade
274 de adequação da infraestrutura da nova sede da FABHAT, em especial,
275 de equipamentos e mobiliário para a sala de reuniões do CBH-AT, onde
276 serão realizadas as reuniões das diversas instâncias do Comitê e da
277 FABHAT, bem como a realização de cursos de capacitação. Utilizando
278 para a adequação da infraestrutura o valor de R\$ 511.613,83
279 proveniente do saldo remanescente de recursos da CFRUH, conforme
280 demonstrado pela apuração em 28 de setembro. O Vice-Presidente
281 parabenizou pela iniciativa e execução acrescentando que a
282 Administração Pública direta tem utilizado muito o princípio da
283 conveniência e oportunidade, no caso é absolutamente conveniente e
284 oportuno.

285 **5.5. Deliberação CBH-AT nº 135, de 28 de outubro de 2021 - Altera**
286 **o artigo 14 da Deliberação CBH-AT nº 15/2013, que trata do quórum**
287 **das reuniões dos Subcomitês.**

288 Deliberação aprovada por unanimidade. Jaqueline Aparecida Bória
289 Fernandez (UNIFESP-Universidade Federal de São Paulo) apresentou.
290 A Deliberação trata fundamentalmente da redução de tempo de espera

291 para iniciarem as reuniões, garantindo as presenças, na primeira
292 chamada de 1/3 + 1 de seus representantes e, se o quórum não for
293 atingido, após 10 minutos a reunião poderá ser realizada com qualquer
294 quórum mediante aprovação da Coordenação de cada Subcomitê.

295 **5.6. Deliberação CBH-AT nº 136, de 28 de outubro de 2021 - Aprova**
296 **o Parecer Técnico sobre o EIA/RIMA do Condomínio Jardins da**
297 **Serra, em Itapecerica da Serra.**

298 A CETESB manifestou concordância com a compensação proposta
299 para análise e que a adequação da proposta apresentada está em
300 consonância com a legislação pertinente. A classificação da área
301 obteve parecer jurídico favorável. Mediante solicitação do plenário a
302 Deliberação foi retirada de pauta. Manifestaram-se, entre outros:
303 Associação Ecológica Amigos do Embu-SAEAE, Adriana Madeira
304 Abelhão, MDV-Movimento em Defesa da Vida, Virgílio Faria,
305 Universidade Federal do ABC–UFABC, Melissa Cristina Graciosa;
306 Instituto Cultural e Ambiental do Alto Tietê, José Avanito Arraes,
307 Solange Wuo Franco (PM de Suzano), Jumara Bocatto e Helio Rubens.
308 Na síntese os argumentos para a retirada de pauta foram (i) conforme
309 manifestações do Subcomitê, há posição para não abrir precedentes de
310 verticalização em Itapecerica da Serra, no atual momento de crise
311 hídrica e da crise climática, também produto dos desmatamentos, além
312 de que, o empreendimento não é de interesse social, é de interesse
313 comercial; (ii) ausência de maiores esclarecimentos sobre a reavaliação

314 com uma grande diminuição da área a ser compensada, 489.000m²
315 revisto para apenas 81.000m², (iii) necessidade de maiores
316 esclarecimentos quanto ao afastamento e tratamento do esgotamento
317 sanitário e dos resíduos sólidos que serão desprendidos na construção
318 que podem ser carreados para o corpo d'água, (iv) necessidade de
319 ouvir o Subcomitê Cotia-Guarapiranga e o Conselho de Meio Ambiente
320 local; (v) considerando a grandeza do processo de degradação no
321 município, onde há pelo menos 47 áreas ocupadas irregularmente em
322 área de mananciais ou muito próximas, e que o processo de ocupação
323 tem que atender diretrizes legais vinculadas à legislação de proteção
324 dos mananciais, de maneira que um empreendimento de tal porte tende
325 a agravar a situação se os impactos não forem devidamente
326 trabalhados e resolvidos; (vi) argumentação muito frágil de que se a
327 área não for regularmente ocupada pelo empreendimento, será
328 ocupada de qualquer maneira, só que sem licenciamento. Ricardo de
329 Aguiar Quadros (CIESP São Paulo) recomendou foco na pertinência
330 das atribuições do Comitê evitando discutir assuntos que são da esfera
331 da CETESB. Se o caso fosse um EIA-Rima com estudos dos impactos
332 e a compensação ambiental, poderiam discutir vários assuntos. O Vice-
333 presidente esclareceu que o Subcomitê aprova, ou não, a
334 compensação, não é apenas uma instância consultiva. Ricardo solicitou
335 registrar sua manifestação, que o processo não será devolvido para
336 reavaliação, mas sim que será novamente encaminhado para o GT
337 Consultas com a finalidade de convidar a CETESB, tendo foco no que

338 deve ser discutido fornecendo esclarecimentos em relação à alteração
339 da área e das dúvidas em relação ao critério de compensação. O Vice-
340 presidente concordou com a retirada de pauta, acrescentando que
341 estavam “devolvendo para uma análise dos pontos que foram
342 levantados, principalmente da área que foi calculada como necessária
343 para compensação de um empreendimento desse porte”, sendo
344 necessário demonstrar bem onde a área está inserida, se há
345 conectividade com outras áreas que já estão preservadas, enfim, dos
346 atributos da área proposta para a compensação. A reunião deve contar
347 com as participações importantes, entre elas, com os representantes do
348 município, da CETESB e do Subcomitê.

349 **6. Outros assuntos e encerramento.**

350 Cristiane Cortez (FECOMERCIO-SP) informou sobre os andamentos do
351 Plano de Ação Climática do Estado de São Paulo, sobre suas diretrizes
352 e ações estratégicas, estruturado em cinco eixos. A FECOMERCIO tem
353 apoiado e participado, oferecendo uma série de sugestões. Laura Stela
354 Perez (Secr. Infr. e Meio Amb.-SIMA) complementou, o projeto está
355 sendo encabeçado pela SIMA e já receberam diversas contribuições na
356 consulta pública, para compor as metas do Estado abrangendo todos
357 os eixos que contemplam amplas ações. O Vice-Presidente apoiou e
358 destacou a importância de temas como as mudanças climáticas e
359 ambientais. Cumprida a pauta agradeceu as presenças, encerrando a
360 reunião. Esta Ata da 4ª. reunião plenária extraordinária de 2021 foi

361 elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina com revisão da Secretaria
362 Executiva do CBH-AT como resumo executivo dos registros
363 taquigráficos da Ata de inteiro teor, disponível pelo meio físico na
364 Secretaria Executiva e no site <https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/atas>.

365 **Clovis Volpi**
366 Presidente do CBH-AT

367 **Wanderley de Abreu Soares Júnior**
368 Secretário Executivo do CBH-AT